

Governo retifica Orçamento sem saber que receita terá

As razões que levam Centeno a preferir o termo suplementar. Negociações começam hoje num cenário de grande incerteza.

ECONOMIA 16 a 18

Área: 718cm² / 38%

Tiragem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6850405

ORÇAMENTO DO ESTADO

Retificativo ou suplementar? A semântica no orçamento covid-19

O Governo começa esta segunda-feira a discutir com os partidos um orçamento que tem vindo a ser designado por quase todos como “suplementar”. Perceba de onde vem a palavra e o que diz a lei e os especialistas sobre retificações orçamentais.



António Costa vai discutir com os partidos um plano económico, que terá reflexo no orçamento suplementar.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

O Governo começa esta segunda a debater com os partidos políticos um “orçamento suplementar” para este ano, conceito que não está previsto na lei. O Governo – tal como o Presidente e o próprio líder da oposição, Rui Rio – tem-se referido às

alterações orçamentais como “orçamento suplementar”, evitando o termo “retificativo”. No entanto, “o legislador português não fez essa separação”, afirma o economista Paulo Trigo Pereira ao Negócios. A Lei de Enquadramento Orçamental prevê apenas “alterações orçamentais” que têm de ser apresentadas pelo Governo e aprovadas pela Assembleia da República.

Mesmo o Ministério das Fi-

nanças admite ao Negócios que a expressão não tem enquadramento legal. Segundo fonte oficial, o conceito de “orçamento suplementar” partiu Guilherme d’Oliveira Martins. Ao Negócios, o ex-presidente do Tribunal de Contas confirma e explica que o objetivo é alinhar a designação usada em Portugal com a prevista no regulamento do orçamento comunitário, que considera orçamento suplementar quando há



aumento de despesas e retificativo quando a alteração não vai por aí. Neste caso, “é suplementar porque envolve aumento de despesas” que decorrem da pandemia da covid-19, afirma.

Ora, as Finanças querem precisamente sublinhar que as alterações decorrem de um acontecimento inesperado e não de uma correção das bases anteriores.

Uma questão de semântica

Ou seja, acaba por ser uma questão de semântica orçamental - que não é nova. Em 1993, Cavaco Silva fez aprovar um orçamento suplementar; em 2009 Teixeira dos Santos apresentou um “orçamento redistributivo”. Depois de uma legislatura a criticar os orçamentos retificativos apresentados durante a “troika”, o ministro das Finanças, admite economistas ouvidos pelo Negócios, está a usar um nome diferente para “não manchar as contas certas”. “Às vezes os políticos dão nomes diferentes para mostrar que é diferente. Mas é a mesma coisa”, afirmou Paulo Trigo Pereira.

No entanto, não é só o Governo que está a falar em orçamento suplementar. A designação é usada pelo Presidente da República e oposição. Quando questionado sobre se estava disponível para aprovar um orçamento retificativo, o líder do PSD fez questão de afastar o termo retificativo, preferindo usado o termo suplementar. Também o Bloco de Esquerda e o

PCP têm usado esta expressão.

O politólogo António Costa Pinto admite que esta designação, por oposição ao retificativo, “favorecerá algum entendimento mais alargado”. É que, “do ponto de vista político um orçamento retificativo aponta para condicionamentos da União Europeia; um orçamento suplementar remete mais para situações fora do controlo”, lembra o investigador do Instituto de Ciências Sociais.

Além disso, a necessidade de resposta à crise é compreendida por todos os partidos. “Do CDS ao PCP, a defesa do prolongamento do mecanismo de lay-off até setembro é generalizada”, exemplificou António Costa Pinto.

Orçamento deverá trazer grandes mudanças

Para os economistas, mais importante do que a designação é a dimensão das alterações orçamentais. “Independentemente de se chamar uma coisa ou outra, este será um orçamento substancialmente diferente”, resume João Loureiro, economista da Universidade do Porto.

Desde logo, o Orçamento do Estado em vigor desde abril “assenta num conjunto de pressupostos que se alteraram”, e que terão impacto nas receitas fiscais, sobretudo no IRC e no IVA, lembra o professor. Anteriormente, o Governo estimava um crescimento económico de 1,9%. Agora, admite que cada mês de confinamento

signifique uma quebra de 6,5%.

O mesmo acontece do lado da despesa: as medidas de resposta à crise (como o lay-off e os apoios às famílias), bem como o aumento dos subsídios de desemprego vão levar a uma subida de despesa massiva na Segurança Social.

“Com tetos de despesa superiores e receitas inferiores, este é um orçamento substancialmente diferente”, que vai significar mais défice e, por isso, também mais endividamento, resume, por sua vez, Paulo Trigo Pereira. ■

“

Às vezes os políticos dão nomes diferentes para mostrar que é diferente. Mas é a mesma coisa.

PAULO TRIGO PEREIRA

Economista do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

“

Independentemente de se chamar uma coisa ou outra, este será um orçamento muito diferente.

JOÃO LOUREIRO

Economista da Universidade do Porto